

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Saúde

Deputado José Matos Rosa

S. Bento, 28 de abril de 2017

Assunto: Audições relacionadas com o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

O Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA) é um organismo público inserido na administração indireta do Estado, sob a tutela do Ministério da Saúde, com autonomia técnica, científica, administrativa e financeira.

Este instituto desempenha funções fundamentais para o Estado, enquanto laboratório do Estado no setor da saúde e enquanto observatório nacional de saúde. Tem, por isso, um papel importantíssimo nas políticas de saúde pública do país.

Desenvolve atividades na área da segurança alimentar, toxicologia e avaliação de risco, sendo o laboratório de referência para a saúde nos domínios da segurança alimentar e nutrição. Cabe-lhe ainda promover, coordenar e implementar programas associados à alimentação e avaliar as necessidades e prioridades nacionais nesta área.

Através do seu Departamento de Doenças Infecciosas, o INSA desenvolve atividades nas áreas da bacteriologia, virologia, parasitologia, micologia, imunologia, bem como no estudo de vetores e doenças infecciosas transmitidas por vetores, desempenhando nesta área um papel importantíssimo de vigilância e de diagnóstico laboratorial especializado.

O seu departamento de Epidemiologia permite a recolha e tratamento de dados e informação que é da maior importância para a monitorização da saúde e para o desenvolvimento de políticas e de programas de prevenção. Falamos, por exemplo, da atividade de vigilância da gripe, estudo sobre prevalência e fatores de risco para várias

doenças crónicas, recolha e análise de dados sobre acidentes domésticos e de lazer ou a manutenção e atualização do Registo Nacional de Anomalias Congénitas.

Através do departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis (DPS) desenvolve atividades nas áreas da promoção da saúde, incluindo determinantes da saúde e equidade, da capacitação e literacia em saúde e da prevenção de doenças crónicas, incluindo a área da biopatologia.

Estas são algumas das atividades e funções do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, para além do trabalho que realiza na área da genética humana e da saúde ambiental. Como se vê, este instituto é fundamental, como fundamental é promover a sua integridade, as suas funções na área da saúde e a dotação dos recursos que permitam o aproveitamento da sua capacidade instalada.

Acontece que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2016 criou um grupo de trabalho para “estudar e propor medidas de promoção de investigação clínica e de translação e da inovação biomédica em Portugal” com o objetivo de “propor os termos de referência para uma Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica, considerando que esta deve, designadamente (...) garantir os procedimentos necessários de controlo de qualidade e de prevenção da saúde pública, através da adequada integração das atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P”.

O Bloco de Esquerda teve conhecimento que estará a ser pensado incluir nas conclusões deste grupo de trabalho a integração do INSA na Universidade Nova de Lisboa apesar de, segundo informações que temos, esse assunto não ter sido abordado durante os trabalhos.

Já em fevereiro de 2017, os Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior terão incentivado à criação de um grupo de trabalho entre o INSA e a Universidade Nova de Lisboa para avaliar a possibilidade de integração do laboratório do Estado na Universidade.

Esta é uma solução que merece preocupação por parte do Bloco de Esquerda e que requer todos os esclarecimentos.

Primeiro, porque a integração do INSA na Universidade Nova de Lisboa e das unidades que tem no Porto num centro de investigação com a Universidade do Porto, pode prejudicar e colocar em causa as suas funções na área da saúde pública, em concreto as suas funções de vigilância, epidemiologia e laboratorial na área da saúde.

Segundo porque esta integração com a Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Porto, desmembra o INSA, o que o torna mais frágil quando, o que precisamos, é de um laboratório do Estado na área da saúde que seja forte e coeso.

Terceiro, porque os contornos desta integração na Universidade Nova de Lisboa são tudo menos claros. Lembramos que a Universidade Nova, uma fundação, constituiu, em março de 2016, um consórcio com o grupo José de Mello Saúde que terá sede no futuro Hospital CUF de Alcântara. Este consórcio – Tagus Academic Network for Knowledge (TANK) – passa por uma parceria na área da investigação e do ensino, abrindo-se mesmo a possibilidade de promover a formação de medicina em hospitais privados.

Aquilo que não podemos permitir é que o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge seja desmembrado e seja retirado da área da saúde para vir a incorporar consórcios ou projetos que têm por base uma parceria público-privada com o grupo Mello.

A possibilidade de alterações de fundo ao INSA já causou, inclusivamente, várias demissões na Comissão para a Reforma da Saúde Pública, entre as quais a Ordem dos Médicos, a Federação Nacional dos Médicos e a Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública, enquanto outras entidades, ainda que não se demitissem desta Comissão, já manifestaram a sua preocupação para com o papel que o INSA tem que desempenhar na saúde pública.

O Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge não é avaliado há 10 anos, pelo que não há um conhecimento apurado das suas necessidades e problemas. Não se percebe como é que sem esse conhecimento de fundo se colocam em cima da mesa alterações estruturais que podem passar por integrar o INSA numa outra entidade, colocando em causa a sua integridade e o seu funcionamento, nomeadamente em matéria de saúde pública.

Perante esta situação e face ao exposto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, para prestar explicações sobre o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, as audições do Ministro da Saúde, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Ricardo Jorge, da Ordem dos Médicos, da Federação Nacional dos Médicos, da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública, o Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Coordenador do Grupo de Trabalho constituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2016, Dr. Sobrinho Simões.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Moisés Ferreira